



SEMÂNTICA(S) E RAÍZES: DISCUTINDO A NATUREZA DAS RAÍZES NA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

BEATRICE NASCIMENTO MONTEIRO* | ELISÂNGELA GONÇALVES**

RESUMO

Este trabalho constitui um artigo de revisão teórica e se insere no modelo da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994), pretendendo refletir sobre uma questão relevante para a teoria: a natureza das raízes. Objetivamos realizar uma revisão teórica acerca da discussão sobre a semântica das raízes, abordando diferentes trabalhos que tocam nessa temática. Discutimos algumas das diferentes concepções de conteúdo semântico que têm sido apresentadas na Morfologia Distribuída. A respeito da hipótese de que raízes são destituídas de conteúdo semântico, apresentamos as abordagens de Acquaviva (2008, 2014), Harley (2014), para os quais as raízes funcionam como índices diferenciais e só obtêm significado em um determinado contexto morfossintático. Com relação à hipótese de que as raízes possuem conteúdo semântico, discutimos os trabalhos de Minussi e Bassani (2017) e Resende (2020), os quais analisam dados de raízes do português que funcionam como evidências em favor da hipótese de que existe conteúdo semântico na raiz. Como resultados do trabalho de revisão teórica, constatamos que diferentes concepções de semântica têm sido associadas às raízes e que, para o avanço das discussões, é necessário ter clareza de que tipo de conteúdo semântico está sendo tratado. Também discutimos que classificações das raízes em tipos semânticos que denotam entidade, estado e evento, assim como a proposição de traços semânticos formais como *animacidade*, não são compatíveis com o pressuposto de que as raízes são acategoriais.

Palavras-chave: raízes, semântica, Morfologia Distribuída

ABSTRACT

This paper is a theoretical review article and is based on the Distributed Morphology framework (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994). It aims to reflect on a relevant issue for the theory: the nature of roots. We offer a theoretical review about the discussion on the semantics of roots, by approaching different works that touch on this theme. We discuss some of the different conceptions of semantic content that have been presented in the Distributed Morphology framework. Regarding the hypothesis that roots are devoid of semantic content, we present Acquaviva (2008, 2014) and Harley's (2014) approaches, for which the roots function as differential indices and only obtain meaning in a given morphosyntactic context. Regarding the hypothesis that roots have semantic content, we discuss Minussi and Bassani (2017) and Resende (2020), who analyze data from Portuguese roots that function as evidence in favor of the hypothesis that roots have semantic content in Portuguese. As a result of the theoretical review, we found that different conceptions of semantics have been associated with the roots and that, in order to advance the discussions, it is necessary to be clear about what type of semantic content is being addressed. We also argue that classifications of roots into semantic types that denote entity, state or event, as well as the proposition of formal semantic features such as animacy, are not compatible with the assumption that roots are categoryless.

Keywords: roots, semantics, Distributed Morphology

* Universidade Estadual do Piauí, UESPI. Professora assistente. Universidade de São Paulo, USP. Doutoranda em Linguística. E-mail: beatricenascimento@frn.uespi.br.

** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB. Professora titular. Programa de Pós-Graduação em Linguística. E-mail: elisangela.silva@uesb.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no âmbito da Morfologia Distribuída (MD), modelo teórico proposto por Halle e Marantz (1993, 1994), que trabalha com uma versão não lexicalista da Teoria Gerativa. Nesse sentido, afirma-se que não há um léxico gerativo pré-sintático. Não existem, nessa perspectiva, dois sistemas gerativos distintos para formar palavras e sentenças, sendo ambas formadas através de operações sintáticas.

Para a MD, os primitivos com os quais a sintaxe opera, armazenados na Lista 1, são as raízes e feixes de traços morfossintáticos. Enquanto há certo consenso de que os feixes de traços morfossintáticos recebem conteúdo fonológico de maneira tardia após a atuação de operações sintáticas e morfológicas; há um grande debate acerca da natureza das raízes.

Há autores, como Harley (2014), que defendem que as raízes possuiriam determinadas propriedades sintáticas, como selecionar argumentos, enquanto outros, como Merchant (2019), estabelecem um contraponto a essa perspectiva. Há também divergência quanto à existência ou não de propriedades fonológicas nas raízes da Lista 1: Embick (2000), por exemplo, defende que, pelo menos, algumas raízes devem ser dotadas de propriedades fonológicas (Inserção Prévia), enquanto outros, como Acquaviva (2008), consideram que as raízes, assim como os feixes de traços morfossintáticos, são destituídas de propriedades fonológicas, recebendo material fonológico após as operações sintáticas e morfológicas (Inserção Tardia).

No presente trabalho, nosso foco é o debate sobre a presença/ ausência de conteúdo semântico nas raízes. Nosso objetivo é desenvolver uma discussão teórica acerca da existência ou não de semântica nas raízes, revisitando trabalhos que se propõem a levantar essa questão no âmbito da MD.

Inicialmente, discutimos diferentes semânticas que têm sido atribuídas às raízes em trabalhos da MD. Em seguida, abordamos trabalhos que defendem a concepção de que as raízes seriam destituídas de semântica (ACQUAVIVA, 2008, 2014; HARLEY, 2014). Na sequência, abordamos trabalhos que fazem um contraponto a essa perspectiva, argumentando em favor da existência de conteúdo semântico nas raízes da Lista 1 (MINUSSI; BASSANI, 2017; RESENDE, 2020). A seleção dessas propostas para a discussão se deu por elas terem o objetivo explícito de discutir a semântica das raízes. Ao final do trabalho, refletimos sobre algumas implicações das discussões teóricas apresentadas e dos diferentes pontos de vista defendidos acerca da existência ou não de conteúdo semântico nas raízes.

2 SEMÂNTICA(S) NAS RAÍZES: DIFERENTES CONCEPÇÕES

Uma primeira questão que consideramos relevante para a discussão teórica sobre as raízes é: ao se considerar que as raízes possuem conteúdo semântico, de que semântica se está tratando? Minussi e Bassani (2017) apontam que há, pelo menos, dois tipos de conteúdos semânticos que têm sido abordados desde os trabalhos seminais da MD: um conteúdo semântico relacionado a uma semântica de eventos, como abordado por Harley (1995) e Marantz (1997); e um conteúdo que corresponde a um conceito geral, que estaria presente em

palavras derivadas da mesma raiz, como abordado por Arad (2005). Acrescentamos, ainda, que, em Marantz (1996), um dos textos fundadores da MD, há menção a traços semânticos formais como “contável” e “animado”¹ junto ao N para caracterizar o nó terminal de *cat* e *dog*. Compreendemos, assim como Harley (2014), que o autor associa originalmente esses traços às respectivas raízes, muito embora essa perspectiva seja modificada em trabalhos posteriores. Vale ressaltar que uma perspectiva como essa aproxima as raízes, em termos de constituição, dos morfemas funcionais (ambos seriam feixes de traços formais) e coloca a raiz como um elemento decomponível em traços.

A respeito da divisão da raiz em tipos semânticos, Harley (1995), em sua tese, apresenta uma proposta de tipologia de raízes que as divide em três classes: raízes que denotam entidades, raízes que expressam estados e raízes que indicam eventos. Marantz (1997) também lança mão, em um dos textos seminais da MD, de uma categorização das raízes em tipos semânticos.

O autor, inserindo-se no debate sobre os diferentes tipos de nominalização, defende que há nominalizações que não passam por um estágio verbal. Para argumentar em favor dessa hipótese, Marantz baseia-se em uma tipologia de raízes fundamentada no trabalho de Levin e Rappaport Hovav (1995), que as divide nas seguintes classes: raízes que indicam mudança de estado não causada internamente, raízes que denotam mudança de estado causada internamente e raízes que expressam resultado (advindo de mudança de estado).

Marantz ressalva, no entanto, que uma questão adicional que pode ser levantada é se essas classes refletem, de fato, traços inerentes às próprias raízes ou se não seriam traços dos nós funcionais que servem como contexto para a inserção das raízes. O autor, contudo, opta por não aprofundar a discussão naquele momento.

Além dessa concepção de semântica baseada na divisão das raízes em tipos semânticos, existem, ainda, como apontam Minussi e Bassani (2017), trabalhos que abordam uma semântica nuclear, como o de Arad (2005).

Abordando dados do hebraico, a autora discute o fato de que as raízes dessa língua, em diferentes contextos categoriais, podem assumir significados diversos. Arad explica isso através do que chama de *Multiple Contextualized Meaning* (MCM), um fenômeno no qual a raiz adquire novos significados, a depender do contexto sintático em que é empregada, mas mantém, nas diferentes formações, um núcleo semântico, caracterizado pela autora como sendo idiossincrático.

Esse núcleo semântico, para Arad (2005), não é totalmente especificado. O significado só será completamente determinado após o *merge* com um categorizador. A pesquisadora aborda diferentes possibilidades de semântica para as raízes hebraicas, tais como raízes

¹ O autor, entretanto, em uma parte do *paper* (MARANTZ, 1997, p. 8) coloca em dúvida se “animado” faria ou não parte desse conjunto de traços.

que denotam atividade mental/percepção, raízes que indicam transferência e movimento, raízes relacionadas a conceitos temporais, entre outras possíveis denotações. Arad (2005) destaca que, nessa perspectiva, raízes funcionam como átomos lexicais, sendo, portanto, indecomponíveis. Essa concepção difere da perspectiva de que as raízes seriam formadas por feixes de traços.

É possível constatar, portanto, diferentes noções de conteúdos semânticos nos trabalhos supracitados. Ainda sobre esse tema, consideramos relevante a distinção estabelecida por Minussi e Nóbrega (2014), os quais afirmam que:

Traços enciclopédicos dizem respeito aos traços contidos na raiz. Esses traços são comumente chamados de semânticos, porém, de modo equivocado. Acreditamos que os traços semânticos relevantes para a sintaxe são outros, e os traços contidos na raiz são de ordem enciclopédica, já que correspondem a informações concernentes ao nosso conhecimento de mundo (MINUSSI; NÓBREGA, 2014, p. 177).

Assim, os autores defendem que é necessário distinguir traços semânticos, como animacidade e definitude, de traços enciclopédicos, que estariam relacionados ao conhecimento de mundo do falante (por exemplo, o fato de que o gato é um felino, que possui pelos, entre outros). Para Minussi e Nóbrega (2014), os traços enciclopédicos estariam contidos na raiz. Vale ressaltar que, em uma perspectiva como essa, raízes são decomponíveis em traços, os quais, contudo, não equivalem aos traços formais que compõem os morfemas funcionais.

Como podemos constatar, há, nos trabalhos citados, diferentes concepções de semântica em jogo: tipos semânticos (como entidade, ação e evento), conteúdo semântico nuclear de natureza mais conceitual (como atividade mental, transferência e movimento), traços semânticos formais (como animacidade e definitude) e traços enciclopédicos (como felino e doméstico).

Na seção a seguir, passaremos a discutir trabalhos que se posicionam contra e em favor da existência de conteúdos semânticos nas raízes. É de nosso interesse analisar que tipo de conteúdo semântico está sendo discutido por cada autor e levantar considerações sobre a pertinência teórica e implicações das questões levantadas.

3 ARGUMENTOS CONTRA A EXISTÊNCIA DE CONTEÚDOS SEMÂNTICOS NAS RAÍZES — ACQUAVIVA (2008, 2014) E HARLEY (2014)

Conforme demonstramos na seção anterior, a discussão sobre a natureza das raízes tem gerado um grande debate teórico na Morfologia Distribuída. Nesta seção, abordamos os trabalhos de Acquaviva (2008, 2014) e Harley (2014). Ambos se posicionam em defesa de que as raízes não possuem conteúdo semântico isoladamente, mas sim constituem índices diferenciais. Assim, em uma palavra como *dog*, por exemplo, a raiz age como um

índice, que distingue o nome *dog* de outros nomes, formados a partir de outras raízes (como *cat*, por exemplo).

Segundo Acquaviva (2008), nas representações sintáticas abstratas, as raízes têm função de índices diferenciais. A interpretação semântica ocorre quando os constituintes sintáticos são categorizados e se tornam tipos interpretáveis como entidades, estados e processos. Acquaviva questiona: “Que significado pode ter uma raiz ainda não especificada como expressão referente a entidade, estado ou processo?” (ACQUAVIVA, 2008, p. 4, tradução nossa).²

Para esse linguista, em casos de formações do inglês, como *hammer* (martelo) e *hammer* (martelar), estaríamos diante de duas palavras que compartilham a mesma raiz, isto é, o mesmo índice. Porém, não é possível haver interpretação semântica antes da categorização. Dessa forma, de acordo com o autor, os átomos semânticos seriam não as raízes, mas as formas categorizadas, as quais poderiam ser interpretadas como tipos semânticos, tais como entidade, estado e processo.

Acquaviva (2014) argumenta que há uma incompatibilidade entre o pressuposto de que as raízes são acategoriais, largamente assumido pela MD, e a ideia de que as raízes seriam dotadas de conteúdo semântico. Para ele, antes da categorização, não é possível associar raízes a conceitos inteligíveis.

Segundo o pressuposto de categorização, “raízes não podem aparecer (não podem ser pronunciadas ou interpretadas) sem serem categorizadas; elas são categorizadas por meio de concatenação sintática com núcleos funcionais definidores de categoria” (EMBICK; MARANTZ, 2008, p. 6, tradução nossa).³ Portanto, de acordo com essa assunção, tanto a pronúncia quanto a interpretação das raízes dependeriam do *merge* com núcleos categorizadores. Assim, a interpretação semântica, para Acquaviva, é externa à raiz.

Para discutir esse aspecto, o autor remete ao trabalho de Harley e Noyer (2000), os quais afirmam que os falantes reconhecem que as raízes de *grow* e *destroy* denotam eventos que podem ocorrer espontaneamente ou podem ser causados externamente. Essas noções fariam parte do conhecimento de mundo do falante, relacionado ao significado das raízes ou a seus traços enciclopédicos. Acquaviva (2008), no entanto, argumenta que esse conhecimento está relacionado à categoria verbal, e não às raízes em si.

Como se pode constatar, a argumentação de Acquaviva (2008, 2014) confronta diretamente a concepção de semântica da raiz associada a tipos semânticos como eventos, entidades e estado ou ainda mudança de estado (causada interna ou externamente) e resultado. A linha de raciocínio é que esse tipo de conteúdo semântico emerge apenas após a categorização, uma vez que tem relação com a categoria assumida na derivação.

2 No original: “What meaning can a root have that is not yet specified as an entity-, state- or process-referring expression?”

3 No original: “roots cannot appear (cannot be pronounced or interpreted) without being categorized; they are categorized by merging syntactically with category-defining functional heads.”

Contudo, embora a argumentação de Acquaviva refute a presença desse tipo de semântica, ela não funciona como contra-argumento para uma concepção de semântica nuclear, como a proposta por Arad (2005). Como abordamos na seção anterior, a proposta dessa linguista para as raízes do hebraico é transcategorial. A autora busca justamente fornecer uma explicação para o fato de que, em formações do hebraico com a mesma raiz de diferentes categorias, há um conteúdo semântico nuclear que se mantém. Noções como “percepção” e “movimento” não estão ligadas a uma categoria específica.

Em uma proposta semelhante à de Acquaviva (2008), em termos de pressupostos assumidos, mas diferente em relação à argumentação desenvolvida, Harley (2014) defende que as propriedades semânticas não são suficientes para identificar as raízes na sintaxe; logo, na computação sintática, faz-se necessária uma noção puramente formal da identidade da raiz, deixando-se as propriedades semânticas para serem inseridas no ponto relevante, dependendo de contextos morfossintáticos particulares.

Uma vez que a Morfologia Distribuída trabalha com uma concepção modular da arquitetura gramatical, as propriedades gramaticais também seriam inseridas de maneira modular, não existindo, como primitivos da sintaxe, traços que não possuam relevância nesse ponto da computação. Nessa perspectiva, na computação sintática, só estão envolvidos processos estritamente relevantes para a sua realização. As raízes são consideradas, assim, como índices, que servem como uma ligação entre um conjunto de instruções para a realização fonológica em um dado contexto sintático e um conjunto de instruções para a realização semântica também em um dado contexto.

Como evidências em favor dessa proposta, a autora apresenta exemplos do hebraico, retirados de Aronoff (2007), buscando demonstrar que a raiz \sqrt{kbj} é uma entidade identificada morfologicamente cujas propriedades têm pouca ou nenhuma relação com o significado. Essa raiz expressa uma gama de significados em contextos morfossintáticos diversos (diferentes estruturas/construções sintáticas com diferentes afixos) em que se realiza, como se percebe pelas seguintes formações: *kvij* (estrada pavimentada), *kvijā* (compressão), *kavaj* (ocupado).

Além desses dados, a autora aborda, como evidências em favor da sua argumentação, raízes presas, discutidas pela primeira vez por Aronoff (1976): *-ceive*, *-here*, *-port*, *-pose* (HARLEY, 2014, p. 240). Essas raízes, segundo Harley (2014), são inteiramente sem sentido fora de seu contexto morfossintático. Por exemplo, a raiz *-ceive* tem seu significado determinado com base no contexto sintático em que é utilizada: *deceive* (enganar), *receive* (receber), *conceive* (conceber), *perceive* (perceber). Cabe fazer a ressalva, contudo, feita pelo próprio Aronoff (1976), de que é possível recuperar significações em comum entre parte desses paradigmas (como o caso do par *conceive* e *perceive*, por exemplo), embora ele enfatize que o paradigma como um todo não apresenta significação em comum.

Por fim, Harley (2014) trata de raízes cuja interpretação depende completamente de um constituinte frasal idiomático. A pesquisadora exemplifica esse caso com expressões

idiomáticas, como *kit and caboodle*, que significa “tudo”; *run the gamut*, que significa “aquilo que abrange toda uma gama de coisas”; *in cahoots*, cujo significado é “conspirar”; entre outras (HARLEY, 2014, p. 241), nas quais palavras como *caboodle* e *cahoots* só ganham interpretação no contexto da expressão idiomática, não possuindo significado autônomo fora dessas construções.

Harley, portanto, sustenta a sua argumentação a partir de dados empíricos, apresentados como evidências de que as raízes que não estariam associadas a qualquer significado fora de um contexto morfossintático.

Assim, a linha argumentativa de Harley (2014) difere da de Acquaviva (2008, 2014) por não se voltar para a discussão a respeito da associação das raízes a determinados tipos semânticos, e sim para a comparação dos significados (enciclopédicos) de formações com as raízes abordadas.

Na seção a seguir, discutimos dois trabalhos que dialogam diretamente com o trabalho de Harley (2014), contrapondo-se à perspectiva de que as raízes seriam destituídas de semântica e se posicionando em favor da existência de conteúdo semântico nesses primitivos.

4 ARGUMENTOS EM FAVOR DA SEMÂNTICA DAS RAÍZES - MINUSSI E BASSANI (2017) E RESENDE (2020)

Nesta seção, discutimos os trabalhos de Minussi e Bassani (2017) e Resende (2020), que defendem a presença de um conteúdo semântico conceitual nas raízes em contraponto à perspectiva de Harley (2014).

Minussi e Bassani (2017) advogam que hipóteses equivocadas sustentam as conclusões de Harley (2014), rediscutindo os dados apresentados por ela. Primeiramente, lidam com dados do hebraico, como os analisados por Harley (2014, p. 239), retirados de Aronoff (2007).

O questionamento de Minussi e Bassani (2017) se pauta no fato de que as palavras do hebraico não se constroem apenas com base em raízes triconsonantais, encontrando-se, por exemplo, palavras geradas de outras palavras, em que a identificação de uma raiz nos moldes desse sistema é impossível (cf. PHAM, 2011) e podem não se formar de uma mesma raiz (RAPPAPORT HOVAV, 2014). Ainda, segundo os autores, as raízes do hebraico podem ter um conteúdo conceitual em comum, nos termos de Arad (2005).

Os dados do hebraico, para Minussi e Bassani (2017), são importantes para a distinção entre *conceito*, um cerne semântico geral que identifica as raízes (triconsonantais no hebraico), e *significado*, que se origina da combinação entre a raiz e o categorizador – no hebraico, o arranjo entre as raízes consonantais, que comportam um conceito geral, e os padrões vocálicos (cf. ARAD, 2005).

O segundo argumento discutido pelos autores para a presença de semântica nas raízes se pauta em raízes conhecidas na literatura como bases ou raízes presas (ARONOFF, 1976), como *-ceive*, *-here*, *-port*, *-pose*, entre outras, as quais, conforme Harley (2014, p. 240), possuem identidade fonológica e estão sujeitas a alomorfias contextuais, mas, aparentemente, não possuem significado fora de seu contexto morfossintático, conforme (1) a seguir:

- (1) a. *-ceive*
deceive, receive, conceive, perceive
b. *-here*
adhere, inhere
c. *-port*
comport, deport, report, import, support
d. *-pose*
suppose, depose, compose, repose, propose

De acordo com Harley (2014, p. 241), uma evidência de que se trata da mesma raiz nos exemplos apresentados em (2) é o fato de se selecionar o mesmo sufixo de nominalização:

- (2) a. *-ceive* ~ *-cept* + *ion*
deception, reception, conception, perception
b. *-pose* ~ *-pos* + *ition*
composition, supposition, proposition, deposition

Minussi e Bassani (2017, p. 152) argumentam que “[...] a identidade formal não garante que se trate de fato da mesma raiz, pois a opção de reanálise não é considerada e, além disso, é possível identificar uma semântica comum para alguns subparadigmas”. Para sustentar esse posicionamento, os autores utilizam dados do português, como os apresentados em (3):

- (3) a. agredir
b. progredir
c. regredir
d. transgredir

(MINUSSI; BASSANI, 2017, p. 166)

Nesses casos, assim como nos exemplos discutidos por Harley (2014), há identidade fonológica das raízes nas diferentes formações e identidade na seleção do sufixo nominalizador (*agressão*, *progressão*, *regressão* e *transgressão*) e na formação do participio (*agredido*, *progredido*, *regredido* e *transgredido*).

Contudo, Minussi e Bassani (2017), apoiados na discussão levantada por Bassani (2015), argumentam que, no caso dos dados apresentados em (3), é possível dividir o conjunto em subparadigmas. As formações *regredir* e *progredir*, na concepção dos autores, atualmente são analisáveis por linguistas e falantes⁴ como pertencentes ao mesmo paradigma

⁴ Ressaltamos que, embora os autores afirmem que essas formas são analisáveis sincronicamente por linguistas e falantes como sendo do mesmo paradigma, é necessário distinguir a natureza da análise empreendida pelo linguista do tipo de análise feita pelo falante. Além disso, consideramos que testes experimentais com

semântico, considerando-se a oposição semântica gerada pelos prefixos e o fato de as raízes compartilharem o que eles acreditam ser um conceito comum (apesar de este ser de difícil definição). Porém, para os autores, o mesmo não se verifica em *agredir*, em que não é perceptível a contribuição semântica do prefixo.

A despeito da preservação da identidade fonológica, segundo os autores, é mais plausível considerar que houve uma reanálise, de forma que a raiz passou a ser *-agre(d)*; não mais *-gre(d)*, como acontece em *regredir* e *progredir* (talvez *transgredir*). Logo, esses grupos que são diacronicamente relacionados, encontram-se separados em diferentes subparadigmas na presente sincronia.

Minussi e Bassani (2017) apresentam ainda algumas explicações possíveis a respeito da identidade na escolha dos sufixos que ocorre com os dados apresentados em (3), de forma a não descartar a hipótese de que as raízes portam conteúdo semântico: (i) esses sufixos poderiam ser selecionados por *default*; (ii) essa seleção poderia se dever a um resquício histórico que prevalece em ambas as raízes (na ativa e na que foi reanalisada); (iii) os sufixos de participípio e de nominalização podem ser restringidos pela vogal temática, e não pela raiz.

Os autores defendem, ainda seguindo a linha de argumentação de Bassani (2015), que no (sub)paradigma que contém a forma *-gre(d)-* (que inclui *regredir*, *progredir* e, possivelmente, *transgredir*), e no paradigma que contém a forma *-tra-* (presente em formações como *atrair*, *contrair* e *retrair*), é possível encontrar uma semântica comum às raízes. Para eles, a raiz *-tra-* pode ser identificada por uma semântica que contém a ideia de “movimento”.

Assim, para Minussi e Bassani (2017), os dados do hebraico e de bases presas apresentados por Harley (2014) não seriam suficientes para descartar a hipótese de que raízes possuem conteúdo semântico. Além disso, eles argumentam que a proposta de que as raízes não possuem semântica na Lista 1 pode trazer consequências indesejáveis, como as seguintes: (a) perda da possibilidade de explorar as restrições semânticas impostas à raiz e que se estendem ao contexto morfossintático que a licencia tanto em termos teóricos como empíricos; (b) sobrecarga da Lista 3, com a retirada do conteúdo conceitual da Lista 1 para esta (MINUSSI; BASSANI, 2017).

Como se pode observar, a argumentação de Minussi e Bassani (2017) segue a proposta de Arad (2005) para as raízes do hebraico, uma vez que considera a existência de um conteúdo conceitual nuclear, um cerne semântico geral, que se mantém nas diferentes formações, mesmo que essas apresentem significados distintos.

Por meio de uma argumentação, em muitos pontos, semelhantes à de Minussi e Bassani (2017), Resende (2020) também defende a presença de semântica na raiz, analisando um grupo de raízes que eram semanticamente independentes no latim, mas que, em português, têm seu significado condicionado por um contexto em que há um prefixo. Vale-se, assim, de um estudo que combina evidências sincrônicas e diacrônicas, a fim de apreender a mudança semântica sofrida por essas raízes no decorrer do tempo, como também elucidar suas causas.

falantes podem fornecer maior precisão sobre quais raízes ainda são analisáveis pelos falantes e quais não o são. Um trabalho experimental nesse viés é o de Lopes (2020), que se propõe a discutir a forma como se daria o processamento de palavras que possuem etimologia em comum, mas que, sincronicamente, parecem ter perdido a relação semântica, como é o caso de *restaurar* e *restaurante*.

Para defender sua perspectiva, o autor aborda a distinção entre o que ele denomina de significado autônomo e significado contextual. Ele exemplifica o primeiro caso com o verbo fazer (raiz √FAZ), que está “[...] morfossemanticamente relacionado a outros verbos”, conforme apresentado em (4):

- (4) a. *fazer*
 b. *refazer* = “fazer novamente”
 c. *desfazer* = “refazer o processo de fazer”
 d. *perfazer* = “fazer completamente”

O verbo *fazer* (“primitivo”, nas palavras do autor) possui um significado autônomo e os demais verbos dele derivados por prefixação (4b a 4d) demonstram um significado que se constitui composicionalmente a partir dos significados do prefixo e da base.

No segundo caso, significado contextual, as raízes são desprovidas de informação semântica, dependendo semanticamente do prefixo, o que pode ser exemplificado com a raiz √DUZ, de acordo com (5) a seguir:

- (5) √DUZ: *abduzir, deduzir, conduzir, induzir, introduzir, reduzir, produzir, seduzir*
 (RESENDE, 2020, p. 126)

A hipótese de Resende (2020) é que raízes como √DUZ perderam conteúdo semântico – as prefixações relacionadas ao verbo latino *duco* (guiar) eram bastante recorrentes, todavia apenas os derivados migraram para o português, o que fez com que essa raiz, ao contrário de √FAZ, não possuía um sentido autônomo, posto que não é realizada isoladamente.

Em latim, os derivados do verbo *duco* possuíam um significado fortemente composicional, resultando da combinação entre o significado do prefixo e do verbo base, como em *reduzir*, que significa *levar (duco) + movimento para trás (re-)*. A exceção é o prefixo *con-*, presente em *conduzir*, que, ao contrário dos demais exemplos, não evocava uma ideia de movimento nessa língua.

Em português, enquanto em alguns verbos com a raiz √DUZ mantém-se a ideia de movimento; em outros, tal ideia só é recuperada metaforicamente, como em *deduzir* – *fazer sair (fazer sair uma conclusão)*. Vejamos os verbos no Quadro 1:

QUADRO 1 — DERIVADOS DA RAIZ √DUZ

Verbo	Significado em latim	Data de entrada no português
<i>Induzir</i>	“introduzir; conduzir para”	século XIV
<i>Introduzir</i>	“levar para dentro”	século XV
<i>Reduzir</i>	“conduzir para trás”	século XV
<i>Conduzir</i>	“conduzir juntamente”	ano 1572
<i>Deduzir</i>	“fazer descer; fazer sair”	século XVI
<i>Produzir</i>	“levar adiante”	século XVI
<i>Seduzir</i>	“conduzir à parte; desviar”	século XVI
<i>Abduzir</i>	“levar, afastar”	século XX

Fonte: Resende (2020, p. 127).

O pesquisador ainda discute dados com a raiz $\sqrt{\text{FER}}$, ressaltando que a não recorrência dos prefixos *au-*, *di-* e *pre-*, respectivamente, em palavras como *auferir* (*levar para longe, retirar*), *diferir* (*levar/seguir para direções diferentes*) e *preferir* (*levar na frente*), “torna mais nebulosa a apreensão de um significado composicional” (RESENDE, 2020, p. 129). Ele atribui a reanálise da raiz, ou seja, a junção entre prefixo e raiz formando uma nova raiz (com significado e comportamento independentes), $\sqrt{\text{AUFER}}$, ao fato de o verbo primitivo e seus derivados terem entrado no português em momentos distintos da história dessa língua, o que ocasionou “uma dispersão semântica de membros da mesma família” (RESENDE, 2020, p. 138). Nesse caso, é justamente a identidade semântica da nova raiz que impede que se associe esse vocábulo à família de palavras existentes, ainda que exista uma origem etimológica em comum.

Tudo isso leva ao questionamento sobre qual é a semântica dessas raízes no português brasileiro contemporâneo. O autor aponta duas vias de explicação divergentes para esse questionamento: (i) elas já não possuem mais conteúdo semântico, visto que este é obtido apenas em um determinado contexto, dependente do prefixo (cf. ARONOFF, 1976; HARLEY, 2014). As raízes discutidas por Resende teriam passado de significado pleno (em latim) para um significado nulo no português; (ii) há um conteúdo semântico mínimo nessas raízes que leva os falantes a correlacionarem membros de uma mesma família de palavras (RESENDE, 2020), conforme os casos discutidos nesta seção. Para o autor, o fato de existir dificuldade em determinar o conteúdo semântico dessas raízes “[...] não é uma premissa suficiente para a conclusão de que as raízes cujo significado é apreendido contextualmente não possuem nenhum conteúdo semântico” (RESENDE, 2020, p. 139).

O autor propõe que há raízes que apresentam um conteúdo semântico referencial⁵ como $\sqrt{\text{FAZ}}$ em *fazer*, cuja semântica é recuperável ainda que sem auxílio de prefixos, enquanto outras exibem um conteúdo semântico conceitual (o qual é mais facilmente apreensível pelo contexto).

Resende defende que essas raízes sofreram algum tipo de perda semântica, passando de uma semântica referencial para uma semântica conceitual, que, apesar de menos clara que aquela, é suficiente para relacionar palavras derivadas dentro de uma mesma família.

Para concluir esta seção, elencamos alguns pontos em que os trabalhos de Minussi e Bassani (2017) e Resende (2020) dialogam e aqueles em que se distanciam.

Ambos os trabalhos defendem que a dificuldade em determinar o conteúdo semântico das raízes presas não é o suficiente para concluir que elas não possuam qualquer conteúdo semântico. Uma via de explicação possível é que essas raízes preservam um conteúdo de natureza conceitual.

Os trabalhos se distinguem no que tange ao modo como abordam o assunto: enquanto os primeiros buscam evidências que refutam os argumentos apresentados por Harley (2014) de que as raízes são desprovidas de sentido; o último volta-se para uma abordagem mais histórica, buscando as causas das mudanças sofridas pelas raízes diacronicamente, tomando como base, inclusive, o período de entrada de determinadas raízes e de seus derivados no português. Outro ponto diferencial é que apenas Resende (2020) refere-se

⁵ Um dos pareceristas destacou o fato de que talvez o termo “referencial” não seja o mais adequado, visto que, em formas verbais, por exemplo, o significado não é propriamente de natureza referencial.

à existência de raízes com significado autônomo, dotadas de uma semântica referencial, como seria o caso de *fazer*.

Na seção a seguir, tecemos algumas considerações a respeito da discussão acerca da semântica das raízes, abordando questões residuais que, em nossa perspectiva, precisam ser encaminhadas para o avanço dessa reflexão, assim como implicações advindas dos trabalhos anteriores.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RAÍZES E CONTEÚDO SEMÂNTICO

Como vimos, a discussão sobre a existência ou não de conteúdo semântico nas raízes da Lista 1 tem gerado diferentes posicionamentos. Nesta seção, a partir dos trabalhos abordados, estabelecemos algumas considerações sobre essa temática.

Sistematizando as distinções semânticas apontadas pelos diferentes autores que abordamos, temos os seguintes tipos de semântica considerados:

QUADRO 2 — TIPOS DE CONTEÚDO SEMÂNTICO ABORDADOS POR DIFERENTES AUTORES INSERIDOS NA MD

Autores	Tipo de semântica abordada	
Harley (1995)	<i>Tipos semânticos</i> Divisão das raízes segundo o tipo semântico que denotam: evento, estado, entidade.	
Marantz (1996)	<i>Traços semânticos</i> Menção a traços semânticos do repertório de traços formais, como <i>contável</i> e <i>animado</i> .	
Marantz (1997)	<i>Tipos semânticos</i> Divisão das raízes em três tipos: raízes que denotam mudança causada internamente, raízes que denotam mudança causada externamente e raízes que denotam resultado.	
Arad (2005)	<i>Conteúdo semântico nuclear</i> Noção que a autora introduz para explicar o fato de que as raízes do hebraico possuíam um núcleo semântico não especificado que seria mantido, embora essas raízes possam assumir diferentes significados a depender do contexto sintático.	
Minussi e Nóbrega (2014)	<i>Traços enciclopédicos</i> Correspondem a aspectos relacionados ao conhecimento de mundo do falante como, por exemplo, um gato ser um felino de quatro patas. Esses traços estariam contidos nas raízes.	<i>Traços semânticos</i> Correspondem a traços semânticos relevantes para a sintaxe, como <i>animado</i> e <i>contável</i> .
Minussi e Bassani (2017)	<i>Conteúdo semântico relacionado a uma semântica de eventos</i> Relaciona-se à divisão das raízes em relação à semântica a qual estariam relacionadas, como proposto na tipologia de Harley (1995) e na classificação seguida por Marantz (1997).	<i>Conteúdo semântico nuclear conceitual</i> Corresponde a um cerne semântico de natureza conceitual geral, nuclear, que seria compartilhado por palavras derivadas da mesma raiz. Essa noção é baseada na proposta de Arad (2005) para o hebraico.
Resende (2020)	<i>Conteúdo semântico referencial</i> É recuperado sincronicamente, mesmo sem auxílio de prefixos (como é o caso da raiz √FAZ em <i>fazer</i>). Para Resende, trata-se de um significado autônomo .	<i>Conteúdo semântico conceitual</i> Pode ser recuperado apenas contextualmente com o auxílio de prefixos, sendo, portanto, um significado contextual . É o caso da raiz √DUZ de <i>conduzir</i> e <i>reduzir</i> .

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se percebe a partir da sistematização apresentada acima, embora inseridos no mesmo debate sobre a natureza das raízes, os autores nem sempre estão utilizando o termo “semântica” ou “conteúdo semântico” no mesmo sentido, e esse fato em si traz algum ruído para a discussão. Mesmo Acquaviva (2008, 2014) e Harley (2014), que concordam quanto à ideia de que as raízes funcionariam como índices e seriam, na Lista 1, destituídas de conteúdo semântico, fazem-no por caminhos argumentativos diferentes, reportando-se a aspectos semânticos distintos: Acquaviva (2008, 2014) se refere a tipos semânticos como *entidade*, *estado* e *processo*, enquanto Harley (2014), a uma semântica mais “lexical”, enciclopédica.

Cabe, ainda, ressaltar que, dependendo de que tipo de conteúdo semântico se defende que as raízes apresentam, as implicações também são distintas. Por exemplo, ao se considerar que essa semântica estaria relacionada a traços semânticos, nos termos de Minussi e Nóbrega (2014), ou ainda a uma semântica de eventos, como fazem algumas tipologias de raízes, tem-se a vantagem de se estar trabalhando com conteúdo semântico que tem relevância para a computação sintática, sendo, portanto, justificável que eles façam parte dos primitivos da sintaxe.

Contudo, é necessário deixar claro como esses traços poderiam estar associados a formas ainda não categorizadas, um ponto central na argumentação de Acquaviva (2008, 2014) contra a ideia de que as raízes apresentariam conteúdo semântico na Lista 1. Uma vez que a mesma raiz pode dar origem a formações de tipos semânticos distintos a depender do categorizador com o qual é concatenada, como justificar que a raiz seria dotada de conteúdo semântico dessa natureza?

Como argumenta Acquaviva (2018), diante do pressuposto da MD de que raízes são acategoriais, torna-se um contrassenso defender tipologia de raízes que se relacionam a categorias específicas, como as propostas por Harley (1995) e Marantz (1997), entre outros.

Também não parece se sustentar a ideia de que as raízes seriam dotadas de traços semânticos formais como animado ou contável, conforme parece sugerir Marantz (1996), uma vez que esses traços também estão associados a categorias específicas⁶. Outra desvantagem dessa perspectiva é que, nesse caso, não existiria diferenciação entre raízes e morfemas funcionais, uma vez que ambos seriam feixes de traços formais. Essa consequência não é desejável para um modelo que propõe a existência de dois tipos de primitivos.

Por outro lado, caso se assuma que o conteúdo semântico das raízes é de natureza enciclopédica ou, ainda, caso se assuma uma noção de uma semântica conceitual de natureza mais geral e abstrata (como *atividade mental*, por exemplo), tem-se a vantagem de que essas noções transcendem a questão categorial. Assim, *jogo* e *jogar*, por

⁶ Ressalvamos, contudo, que existem propostas que defendem que alguns desses traços são transcategoriais. Harley (1999), por exemplo, discute a possibilidade de que a distinção contável/massivo não se restringe à categoria nominal, podendo ser observados traços análogos na categoria verbal. A autora se baseia em Jackendoff (1991, 1996).

exemplo, embora tenham categorias distintas, apresentam certa identidade semântica. Essa perspectiva satisfaz a intuição do falante de que essas palavras estão relacionadas, para além da identidade formal.

Contudo, uma discussão que pode se levantar é a relevância de conteúdos semânticos como esses para a computação sintática, que justifiquem a sua presença nos primitivos da sintaxe.

A esse respeito, para Minussi e Nóbrega (2014), os traços enciclopédicos estariam contidos na raiz, porém, como não correspondem a traços formais, não seriam lidos na computação sintática. Uma perspectiva semelhante é esboçada por Minussi e Bassani (2017), os quais afirmam que o fato de a raiz possuir um conteúdo conceitual não implica que essa informação precise ser acessada na computação sintática.

Algo que ainda precisa ser esclarecido é como essas informações estariam representadas nos primitivos da sintaxe. Seriam traços não interpretáveis? Além disso, é importante que se discuta a relevância da presença dessa informação nesse ponto da derivação, uma vez que não seriam lidos pela computação sintática.

Sobre isso, Minussi e Bassani (2017) argumentam que a presença de conteúdo semântico nas raízes pode ser relevante para explicar restrições semânticas impostas sobre a raiz, justificando restrições em relação ao contexto morfossintático em que uma raiz pode ocorrer. Além disso, a presença desse conteúdo poderia evitar uma sobrecarga da Enciclopédia.

Diante dos aspectos discutidos, ressaltamos que é importante que o debate sobre a natureza das raízes, especificamente no que se refere à semântica, leve em conta que tipo de conteúdo semântico está sendo considerado e as implicações da perspectiva adotada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, abordamos a discussão sobre a presença/ausência de conteúdo semântico nas raízes. Essa questão é de fundamental importância para a MD, visto que as raízes são um dos primitivos com os quais o modelo trabalha.

Primeiramente, abordamos algumas concepções de semântica que têm sido apontadas na MD. Em seguida, discutimos trabalhos que apresentam argumentos em favor da ideia de que as raízes são destituídas de conteúdo semântico na Lista 1 (ACQUAVIVA, 2008, 2014; HARLEY, 2014). Como afirmamos anteriormente, ambos defendem a ideia de que as raízes, enquanto primitivos da sintaxe, funcionam apenas como índices diferenciais. Nessa perspectiva, a interpretação semântica dessas raízes é dada contextualmente, somente após a categorização. Essa interpretação é acessada apenas no ponto relevante para a derivação.

90

Em seguida, discutimos os trabalhos de Minussi e Bassani (2017) e Resende (2020) que revisitam alguns dados análogos aos discutidos por Harley (2014) na defesa de que as raízes possuiriam conteúdo semântico. Os primeiros defendem a existência de um conteúdo

semântico conceitual para os exemplos apresentados por Harley, o qual seria um cerne geral compartilhado pelas palavras derivadas que possuem a mesma raiz, com base em Arad (2005). Em alguns casos, ainda, os autores discutem a possibilidade de reanálise da raiz.

Resende, por sua vez, propõe que, enquanto algumas raízes possuem um conteúdo semântico referencial de natureza autônoma (como $\sqrt{\text{FAZ}}$ de *fazer*), outras possuiriam apenas um conteúdo semântico conceitual, o qual só é obtido contextualmente (como a raiz $\sqrt{\text{DUZ}}$ de *conduzir* e *induzir*). A hipótese é que, diacronicamente, raízes como $\sqrt{\text{DUZ}}$ também apresentavam significado referencial, porém esse foi esvaziado na história da língua.

A partir das considerações sobre esses dois trabalhos, constatamos que os diferentes estudos abordados ao longo deste artigo apresentam diferentes concepções de semântica, as quais precisam ser levadas em consideração para o desenvolvimento do debate.

Como discutimos, propostas que envolvem uma noção de semântica atrelada a categorias (como raízes que denotam entidade, estado e evento) não são compatíveis ao pressuposto da MD de que as raízes são acategoriais.

Já a perspectiva de que as raízes são dotadas de traços enciclopédicos, assim como a ideia de que elas apresentariam um núcleo semântico conceitual, são compatíveis com a assunção de categorização, uma vez que esse tipo de informação independe da categoria. Contudo, é necessário argumentar sobre a relevância desses traços para a computação sintática, assim como formalizar qual seria a representação dessas informações nos primitivos.

Por fim, ressaltamos que trabalhos de natureza experimental podem oferecer mais contribuições ao debate, na medida em que podem trazer dados empíricos acerca de como a interpretação semântica ocorre no processamento morfológico e de que maneira os falantes relacionam palavras que possuem as mesmas raízes, tanto em casos de raízes presas quanto de raízes que ocorrem de maneira mais sistemática no atual estágio da língua.

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Paolo. *Roots and lexicality in Distributed Morphology*. Ms., University College Dublin/ Universität Konstanz, 2008. Disponível em: <https://babel.ucsc.edu/~hank/mrg.readings/Acquaviva2008.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

ACQUAVIVA, Paolo. Distributing roots: Listemes across components in Distributed Morphology. *Theoretical Linguistics: An Open Peer Review Journal*, v. 40, n. 3-4, p. 277-286, 2014.

ARAD, Maya. *Roots and Patterns: Hebrew morpho-syntax*. Dordrecht: Springer, 2005.

ARONOFF, Mark. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

ARONOFF, Mark. In the beginning was the word. *Language*, v. 83, p. 803-830, 2007.

BASSANI, Indaiá de Santana. Transparência morfológica, composicionalidade semântica e reanálise estrutural em verbos do português. *Revista Letras*, Curitiba, v. 91, p. 109-130, 2015.

EMBICK, David. Features, Syntax, and Categories in the Latin Perfect. *Linguistic Inquiry*, v. 31, n. 2, p. 185-230, 2000.

EMBICK, David; MARANTZ, Alec. Architecture and Blocking. *Linguistic Inquiry*, v. 39, p. 1-53, 2008.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and Pieces of Inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay. (ed.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1993. p. 111-176.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Some key features of distributed morphology. In: CARNIE, Andrew; HARLEY, Heidi; BURES, Tony (ed.). *MITWPL 21: Papers on Phonology and Morphology*, p. 275-288, 1994.

HARLEY, Heidi. Denominal verbs and Aktionsart. In: PYLKANEN, Liina; VAN HOUT, Angeliek (ed.). *Proceedings of the 2nd Penn/MIT Roundtable on Event Structure*, MITWPL: Cambridge, 1999. p. 73-85.

HARLEY, Heidi. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics: An Open Peer Review Journal*, v. 40, n. 3-4, p. 225-276, 2014.

HARLEY, Heidi. *Subjects, events, and licensing*. PhD dissertation – Department of Linguistics, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1995.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Formal versus Encyclopedic Properties of Vocabulary: Evidence from Nominalisations. In: PEETERS, Bert. (ed.). *The Lexicon-Encyclopedia Interface*. Amsterdam: Elsevier, 2000. p. 349-374.

JACKENDOFF, Ray. Parts and boundaries. In: LEVIN, Beth; PINKER, Steven. *Lexical and Conceptual Semantics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991. p. 9-46.

JACKENDOFF, Ray. The proper treatment of measuring out, telicity, and perhaps even quantification in English. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 14, n. 2, p. 305-354, 1996.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. *Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface* (Linguistic Inquiry Monograph, n. 26). Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

LOPES, Júlia Cataldo. *Acesso lexical: avaliando as especificidades das rotas semântica e morfológica*. 2020. 61 f. Monografia (Licenciatura em Letras - Português / Francês) - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MARANTZ, Alec. "Cat" as a phrasal idiom: Consequences of late insertion *Distributed Morphology*. Manuscrito. Massachusetts Institute of Technology, 1996.

MARANTZ, Alec. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 201-225, 1997.

MERCHANT, Jason. Roots don't select, categorial heads do: lexical-selection of PPs may vary by category. *The Linguistic Review*, v. 36, n. 3, p. 325-341, 2019.

MINUSSI, Rafael Dias; BASSANI, Indaiá de Santana. Em favor do conteúdo semântico das raízes. *Revista Letras*, Curitiba, UFPR, n. 96, p. 152-173, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/50921/33732>. Acesso em: 1 jul. 2021.

MINUSSI, Rafael Dias; NÓBREGA, Vitor Augusto. A interface sintaxe-pragmática na formação de palavras: avaliando os pontos de acesso da Enciclopédia na arquitetura da gramática. *Veredas* (UFJF. Online), v. 18, p. 161-184, 2014. Disponível em: https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/07/09-Minussi_Nobrega-1.pdf. Acesso em: 1 jul. 2021.

PHAM, Mike. Idiomatic Root Merge in Modern Hebrew blends. *Coyote Papers*, v. 18, p. 1-27, 2011. Proceedings of the Arizona Linguistics Circle 4, 2010.

RAPPAPORT HOVAV, Malka. Individuation criteria for roots. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n. 3/4, p. 429-437, 2014.

RESENDE, Maurício. Mudança semântica no domínio intravocabular: o caso das raízes cranberry do português. In: ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato (org.). *História do português brasileiro: história semântica do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 120-143.

Artigo recebido em 5 de dezembro de 2021.

Artigo aceito em 10 de fevereiro de 2022.